----------ATA Nº. 13----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2019: Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação das Atas n.ºs 9, 10 e 11 e 12; ----------
2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------
3) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------
4) Certificação legal das contas de 2018 – Parecer do Auditor Externo; ----------
5) Proposta n.º 24/2019 – Inventário e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2018; ----------
6) Revisão Orçamental n.º 01. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, a Senhora Presidente da Mesa referiu que o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, iria proceder à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e Rodrigo Manuel Gomes Breda, solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se por Cristiana Raquel Alves Duarte, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Iola Marina Gaspar Batista, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes e Sandra Isabel Ferreira Carvalho, respetivamente. O Senhor Deputado Municipal Nuno Manuel Gouveia Alegre, convocado para substituir o Senhor Deputado Municipal, Nuno Miguel Ferreira de Melo, não esteve presente, tendo apresentado justificação. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça solicitou a sua substituição pela Senhora Maria do Rosário Alves. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Leal Marqueiro, Vice- Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte, em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo pedido a palavra a Senhora Maria Alegria Fernandes Marques, residente na Pampilhosa, para ler a intervenção que a seguir se transcreve, conforme requerido: ----------

"Para quem não me conhece, sou Maria Alegria Marques, historiadora, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Sou autora principal da obra Concelho de Mealhada. Terras de verde e de ouro e do Foral de Vacariça e Mealhada - 1514, cujo achamento tive o gosto de protagonizar, quando todos o davam por desaparecido. Tenho colaborado, directa e indirectamente, com a Câmara Municipal de Mealhada (=CMM) sempre que para tal me tem sido solicitado e sempre o fiz gratuitamente, gratuitamente, repito. ----------
Não tenho filiação política, muito menos partidária, não sou da Opus Dei nem da Maçonaria. Sou uma cidadã livre e assim aqui me apresento. ----------
Sou natural é moradora em Pampilhosa, e é por isso que aqui estou. Para além de conhecer a história centenária da minha terra, conheço a sua história vivida no último meio século. Assisti à sua grandeza e ao seu declínio. ----------
E fiquei magoada ao assistir ao recente episódio de destruição nela levado a cabo. Levada a cabo por ordem de quem tem o dever de cuidar e proteger o património, a CMM, que mandou destruir a Fábrica das Devesas, para muitos ainda a Fábrica Velha. ----------
Li atentamente o que o Diário de Coimbra (=DC) noticiou acerca da reunião extraordinária da CMM, ocorrida a pedido do movimento Juntos pelo Concelho da Mealhada e realizada no passado dia 20 do corrente. ----------
Sendo certo que um Jornal admite, sempre, o que lá escrevem, também é certo que não tendo havido qualquer desmentido oficial, dá-se por verídico o que vem noticiado. ----------
Diz-se que a CMM pediu um parecer ao "arqueologista Avelãs Nunes, da Universidade de Coimbra", que foi de parecer de que "teria interesse para musealização os Blocos C e D e o Piso O do Bloco D e tudo o resto desmantelado". Avelãs Nunes, de seu nome completo João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes foi meu aluno e é, hoje, um distinto Professor do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Fico grata e envaidecida pela referência elogiosa, porque merecida, que lhe é feita, mesmo sem saber o que seja um arqueologista, tomando isto como mais um lapso dos muitos em que o Senhor Vereador da Cultura da CMM é pródigo. ----------
Por ele mesmo, J. P. Avelãs Nunes, em conversas de Colegas, eu sabia o que ele tinha feito acerca da Fábrica Velha. Mas, perante as circunstâncias, de novo lhe falei e, com sua permissão, posso e é meu dever informar a distinta Assembleia, e esclarecer mesmo o Senhor Vereador da Cultura. ----------
Avelãs Nunes cruzou-se, a primeira vez, com a CMM e a Fábrica Velha em 2001, através do então, GTL (Gabinete Técnico Local). Como resultado do seu trabalho, apresentou uma série de propostas que não tiveram qualquer eco ou consideração por parte da CMM. Tanto assim que nem foi pago pelo serviço - pois que de serviço se tratou- muito menos foi agradecido através de um simples ofício. ----------
Muitos anos depois, em 2014, foi, de novo, solicitado, a visitar as instalações e a pronunciar-se acerca do interesse das mesmas. Em muito curiosa situação _ que poderei explanar, se necessário, e que a CMM deveria explicar aos munícipes, pois

é espelho do seu funcionamento - tal solicitação partiu não da CMM, mas de uma sua ex-aluna, de há anos, funcionária da CMM, que o acompanhou na visita, com uma Senhora que se dizia Vereadora da Cultura da CMM (2014), mas de quem não recorda o nome, apenas um pormenor muito curioso que passamos à frente. De novo, fez o trabalho, e de novo, nem foi pago nem, repito, muito menos, agradecido. Sei que várias vezes tentou o contacto, por mail, com a sua antiga aluna e tentou o telefónico com a dita Senhora Vereadora. ----------

Nunca obteve qualquer resposta de uma, nem a gentileza de um telefonema da outra. ----------

É esta, Senhoras e Senhores, a acção da CMM relativamente ao Doutor Avelãs Nunes. Tão interessada, como agradecida. Sabemos que gratidão, verdade e consideração não são conceitos de Mestre Nicolau Maquiavel. E se não o soubéssemos por experiência própria, ficávamos, agora, a sabê-lo por este caso, tomando por nós, a vergonha das atitudes que outros deveriam ter. ----------

Mas analisemos o parecer do Doutor Avelãs Nunes, datado de 9 de Dezembro de 2014. ----------

Salientam-se 4 pontos: ----------

1. "advogo a necessidade de um pequeno estudo de enquadramento e de rastreio sobre a empresa e a unidade industrial em causa"; ----------

2. "considera-se pertinente e viável preservar e reabilitar, musealizar e reutilizar o Bloco C e, eventualmente, o Piso 0 do Bloco D (...)"; ----------

3. "Perante a multiplicidade de espólio material, gráfico, escrito, audiovisual e oral ainda existente visando garantir a intencionalidade e a qualidade do futuro programa de musealização e reutilização, tão urgentemente quanto possível antes do início das obras, deverá ser realizado um pequeno projecto de investigação de emergência sobre a empresa (...) acompanhado de um rastreio dos vestígios (...) sobreviventes. Seguir-se-á a recolha (documentada), o armazenamento e a conservação preliminar dos artefactos seleccionados para patrimonialização (...)"; ----------

4. "advoga-se a necessidade de o futuro programa de musealização e reutilização (...) ser o mais rigoroso possível nos planos financeiro, económico e sociocultural. Assumiria a forma de centro de interpretação da cultura material contemporânea da freguesia da Pampilhosa (sectores ferroviário e florestal, indústrias cerâmica e química, agricultura e pecuária, comércio e associações, moradia se habitação social, etc.) (...)". ----------

Temos, pois, delineado todo um programa de acção. ----------

É sobre ele que questiono a D.gma Câmara na pessoa do seu Presidente. ----------

Que foi feito, de concreto, em resposta a cada um dos pontos do Parecer de Avelãs Nunes: ----------

- foi mandado fazer "estudo de enquadramento e de rastreio sobre a unidade industrial em causa"? A quem? Com que resultados? Nada, que se conheça. --------

- como entendeu a CMM a pertinência "de preservar e reabilitar, musealizar e reutilizar o Bloco C e, eventualmente, 0 Piso 0 do Bloco D (...)"? Onde está plasmada essa posição da CMM? De novo, a mudez, como resposta. ----------

- *foi realizado o "projecto de investigação de emergência sobre a empresa (...)acompanhado de um rastreio dos vestígios (...) sobreviventes"? Por quem? Com que resultados? E, de novo, o vazio; não há resposta.* ----------
Mais diz o DC que o Senhor Presidente, nunca se comprometeu com "um espaço museológico". E assim o acreditamos, pois que nem cuidou, sequer, do mínimo: agradecer o estudo, já que nem se preocupou em pagá-lo!! ----------
O Senhor Vereador da Cultura que, pelo tempo, andava por outras paragens, nem sabe da história do processo, nem leu bem o parecer do Doutor Avelãs Nunes. E ao que tudo parece indicar, também não tem opinião. O que já se toma habitual. -
Opinião tem, sim, o Senhor Presidente da Câmara. Na sua visão integrada de desenvolvimento do concelho, prevê, para aquele espaço, "um parque de estacionamento de auxílio à estação com sistema bilhético". ----------
Previsão de tal maneira esclarecida que ficamos sem saber se o Senhor Presidente está a falar da segunda freguesia mais populosa do seu concelho, se está a prever (também) um desenvolvimento demográfico concelhio que traga tamanha necessidade (facto de que creio mesmo estar convencido até pela grandiosidade da obra de recuperação do Mercado Municipal de Pampilhosa...), ou, servindo-me da imagem do meu Colega Doutor Avelãs Nunes, quem sabe se não prevê um novo tipo de turismo, o "turismo de mobilidade" que, perante a escassez de lugares no Parque de estacionamento da Estação de Coimbra B, faça surgir uma deslocação pendular entre esta estação e a de Pampilhosa, agora dotada de um parque de estacionamento "com sistema bilhético"? ----------
Quem sabe se por aqui não passa o futuro?! Só que se afigura como o manto de riqueza da história do rei que ia nú... ----------
Bom, mas deixando a ironia, que fica disto tudo? ----------
Apenas o lamentável: ----------
1. A verdadeira inoperância e desinteresse da CMM pelos seus bens; ----------
2. A verdadeira inoperância e desinteresse da CMM pela vila de Pampilhosa e pelos seus problemas, bem patente no guardar na gaveta aquilo que poderia ter sido o ponto de partida para um projecto para os problemas, ou alguns problemas, da freguesia e se afiguraría, até, como estruturante para o concelho; ----------
3. A utilização de inverdades para a defesa do que é indefensável; ----------
4. O aceno com hipóteses que mais não são que devaneios ocos, sem sentido, apenas para preencher tempo e tentar calar a voz da razão; ----------
5. A falta de saber e saber estar colocada no serviço público. ----------
Por tudo isto, e para terminar, lhe lanço outra questão, Senhor Presidente: ----------
- que projectos concretos, credíveis e viáveis há, na CMM, para a Fábrica Velha, sita em Pampilhosa? ----------
A segunda freguesia mais populosa do concelho e que, em eleições, até tem dado a maioria dos seus votos ao Partido a que o Senhor pertence, exige-lhe - e merece-lhe -uma resposta. ----------
Muito obrigada. ----------
Mealhada, 23 de Abril de 2019 ----------

(Maria Alegria F. Marques, Prof. Catedrática U. Coimbra)" (inicio: após 20 minutos; fim: após 23 minutos). ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu ter na sua posse o parecer do Doutor Avelãs Nunes, com data de 2014, sobre a Fábrica das Devesas e seus diversos blocos. Esclareceu que a fábrica foi adquirida pela Câmara Municipal, em 2011, já em avançado estado de ruína, como pode ser comprovado pelas fotografias existentes e já com a perspetiva de poder ser feito um parque de estacionamento para facilitar quem se dirigisse à estação da Pampilhosa quando fosse remodelada. Afirmou que as demolições foram efectuadas por razões de segurança, sob pena ser um problema para alguém que passasse naquela zona e pelos prejuízos para a cantenária do caminho de ferro. Acrescentou que os estudos referidos no parecer, seriam feitos na altura adequada. Informou já existir um projeto para a remodelação desde os anos noventa quando foi feita a modernização da Linha do Norte. Já em 2011 o Executivo dizia que seria feito um parque de estacionamento naquele espaço, e eventualmente, também um trabalho de musealização da fábrica. O Executivo, na altura, não o fez, e o atual, também não porque todo o processo de negociação com as Infraestruturas de Portugal se tem arrastado no tempo, mas, há cerca de ano e meio, o Senhor Ministro das Infraestruturas esteve na Pampilhosa e prometeu que o investimento na ferrovia seria realizado durante o final de 2019/2020. Quando as Infraestruras de Portugal garantirem a execução da obra, e sabendo a localização da passagem superior e onde se situa do outro lado, a Câmara Municipal encomendará o projeto do parque de estacionamento e eventuais programas, estudos e projetos que se mostrarem necessários, e eventualmente, com vista à recuperação possível do espaço da Fábrica das Devesas, com base no parecer de 2014, tendo como preocupação actual, a contenção do que resta da fachada. (inicio: após 23 minutos; fim: após 30 minutos). ----------

Não havendo mais intervenções, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, os Senhores Deputados Municipais, Isabel Santiago, João Louceiro e Gonçalo Lopes. ----------

1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, que no uso da mesma, leu o seguinte: ----------

"Apresento os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo e aos restantes membros desta Assembleia. ----------

Decorrente das últimas notícias sobre a demolição das ruinas da Fábrica das Devesas, venho em nome da Junta de Freguesia e em nome da Assembleia de Freguesia da Pampilhosa, questionar o executivo deste Concelho, para que de uma forma clara elucide os pampilhosenses sobre a tomada de decisão em causa. -------

A Junta de Freguesia já desde 2012 que, numa atitude de preservação da segurança das pessoas, tem vindo a alertar a Câmara Municipal; reportando episódios de

barulhos relatados por vizinhos que claramente indiciavam alguma fragilidade e algumas derrocadas. ----------
Já desde essa data, que o estado ruinoso da fábrica sempre foi uma preocupação da Junta de Freguesia para a segurança das pessoas e bens e é esta a prioridade a ser considerada – a Segurança!! ----------
Tem também acompanhado informalmente alguns desenvolvimentos que têm existido entre as Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal - entidade proprietária do edifício. ----------
Recentemente, a Junta de Freguesia, em Assembleia de Freguesia e em abordagens pontuais, tem sido questionada das competências e da tomada de posição relativamente ao assunto. ----------
Na Lei 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 18º alínea w) uma das competências do Presidente da Junta de Freguesia é: "Informar a câmara municipal sobre a existência de edificações degradadas ou que ameacem desmoronar-se e solicitar a respetiva vistoria" e foi nesse sentido que alertamos e informamos a Câmara Municipal, e será sempre deste modo; não devendo nem podendo ir para além do que são as competências que nos são confiadas. ----------
Não compete à Junta de Freguesia decidir sobre o fim a dar ao edifício. A Junta e a Assembleia de Freguesia quanto muito podem manifestar a sua opinião sobre este ou aquele interesse sobre o tema, mas a decisão caberá sempre ao proprietário e de acordo com os projetos, estudos e viabilidades que possam existir e que estejam devidamente cabimentados. ----------
Neste sentido, e sendo portadora da vontade da Assembleia de Freguesia, venho questionar o executivo municipal: ----------
- Porque é que não foram tomadas, mais cedo, medidas preventivas para a conservação do edifício? ----------
- Se está acautelada a conservação da fachada que ainda se encontra de pé? E se esta causa algum perigo para a segurança das pessoas e bens? ----------
- Estando em causa um património industrial de valor, se foi equacionada e salvaguardado esse valor e oque foi feito? ----------
- Se foi acautelado todo o espólio ali existente? ----------
- Qual é, em concreto, o projeto destinado ao espaço? E para quando está previsto?-
Não posso deixar de lamentar a forma pouco séria com que alguma oposição tem aproveitando este caso para se fazer aparecer e nalguns casos até para conhecer pela primeira vez a Freguesia. E muito me estranha que esta mesma oposição não tenha parado para pensar nem um minuto no perigo que o edifício representava para as pessoas. Sabemos porquê. Porque é sempre mais fácil atacar o património quando se salvam as pessoas. Este debate merece seriedade e elevação. Não merece oportunismo nem desonestidade. ----------
A Junta de Freguesia estará sempre do lado da segurança das pessoas. ----------
Pampilhosa, 23 de Abril de 2019" (inicio: após 33 minutos; fim: após 39 minutos). --
O Senhor Presidente da Câmara interveio, tendo procedido à leitura da avaliação do projeto feito pelo técnico e que refere "*Descrição da parcela e caraterísticas da sua*

localização e potencialidade edificatória: atualmente no terreno encontram-se implantadas diversas construções parcialmente em ruinas". Referiu achar curioso como o problema se levanta alguns anos depois, quando todos sabiam, que em 2011 se ia comprar um edifício, parcialmente em ruinas, sendo fácil fazer criticas, publicar "post" no facebook, mas o que é difícil é estar à frente das coisas e resolvê-la, acrescentou, dirigindo-se à Senhora Presidente da Junta, que não houve vez nenhuma que com os seus avisos ou sem os seus avisos, a Câmara não tivesse feito intervenção no espaço para salvaguardar a segurança, em primeiro lugar, se o Município não tivesse adquirido esse edifício em ruina, o problema não se punha.(inicio: após 39 minutos; fim: após 42 minutos). ----------

2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Isabel Santiago, que no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: ----------

"Boa noite, ----------

Cumprimento a Sra. Presidente e todos os Membros Assembleia ----------

Cumprimento toda a Camara ----------

Cumprimento também, com muita satisfação, o publico aqui presente ----------

Mealhada, ----------

terra de trabalho e de industrias, com forte tradição na Cerâmica e na Ferrovia, onde muitos dos seus filhos trabalharam em duras condições. ----------

Seria um ato de reconhecimento valorizar a sua história. ----------

Esta história trouxe gentes de outras paragens, investimento de outras regiões e molda a nossa face comum. Fez-nos subir a população, fez-nos crescer e deu-nos identidade. ----------

Para esta terra que amo e para a qual quero o melhor, a cada dia que passa, tenho visto do pior! ----------

O que tem andado a fazer? Tem destruído património dos mealhadenses, mais não seja por inação, inércia e falta de ambição. ----------

Na semana passada foi destruído um marco histórico ligado à Cerâmica e ao caminho-de-ferro. ----------

A Fábrica Velha, a Sucursal da Cerâmica das Devesas de Vila Nova de Gaia na Pampilhosa, tem a sua fachada no chão e o que dela restou, em maior risco de ruir. E não foi acidente! Foi por iniciativa do executivo, sem qualquer informação à oposição. ----------

Desde que está nas mãos do Município sofreu de inação e desnorte, de esconde, esconde e de opções erradas, ano apos ano. ----------

A Fabrica Velha faz parte da nossa cultura coletiva e deveria ter sido preservada. Para isso foi comprada. ----------

Estamos aqui falar de algo que dói a um povo! Toca no seu coração. É lógico que cause alarido. ----------

Não estando o barro ou a Cerâmica no checklist dos produtos turísticos da Região de Coimbra, será de descartar? Vamos renegar a nossa tradição bairradina? --------

Com uma boa gestão, poderíamos aportar um produto diferenciador à Região. Um objetivo regional comum não deve descaracterizar um território. ----------

E mais! Benefícios económicos podem ser gerados pelo património e sua adequada gestão... Gestão e valorização do património e herança cultural da Antes, de Barcouço, de Casal Comba, do Luso, da Mealhada, da Pampilhosa, da Vacariça e de Ventosa do Bairro. ----------
Mas não e vossa prioridade! A vossa prioridade é apenas descartar responsabilidades e manter o poder. ----------
Por isso o mais natural é desconsiderarem o que digo e responderem-me que ganharam nas urnas. Mas isso não justifica toda a incúria e incompetência. Isso dá-vos apenas responsabilidade acrescida. ----------
No Executivo anterior o Presidente era o único responsável pela Cultura e Património. O que fez? Deixou degradar. ----------
Com atual vereador do pelouro, a fábrica foi abaixo. ----------
E agora para nós já faz sentido a vossa recusa de transferência de competências no que à cultura diz respeito. ----------
Se nosso Património Histórico e Cultural já encontravam ameaçados, imaginem agora! Foi atingido outro patamar! Convosco é a Cultura que ameaça o concelho, ou melhor, a falta dela! ----------
A falta de cultura cívica, ----------
A falta de cultura democrática, ----------
A falta de cultura patrimonial, ----------
A falta de cultura económica e financeira, ----------
A falta de cultura de valores e ética, ----------
A falta de cultura de coesão e de identidade. ----------
Mas ainda tem alguma cultura: ----------
Infelizmente, não omitem a vossa cultura beligerante, de ameaça constante e de desprezo. ----------
E, mais uma vez tomaram o povo por tolo. ----------
Enganaram-se: "tomaram a nuvem por Juno". ----------
Foram 30 anos de poucochinho em que qualquer migalha adicional, hoje parece um pão! ----------
Ate conseguiram pôr o concelho a 2 maravilhas, a pão e a água! ----------
Finalizando e concretizando, Sr. Presidente da Camara, ----------
Pretendo que esclareça 2 pontos: ----------
~ Qual vai ser o destino do complexo da Fabrica Velha? ----------
- Quando vamos ter o Cine Teatro no Luso, O Chalet Suíço na Pampilhosa e o Espaço da Juventude em Ventosa concluídos? Mas queremos datas! Ou devemos esperar que caiam também? ----------
Em representação da bancada ----------
COLIGAÇÃO JUNTOS PELO CONCELHO DA MEALHADA ----------
a) Isabel Santiago (inicio: após 42 minutos; fim: após 46 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que se costuma dizer "pior que ser cego é aquele que não quer ver" e "pior que ser surdo é não querer ouvir". Esclareceu que o Município tem

elencado as suas diversas ações nos diversos documentos que vai produzindo, não valendo a pena estar sempre a responder à mesma questão. Relativamente ao Cine-Teatro, no Luso, afirmou que se a Senhora Vogal da Assembleia se informasse saberia que o projeto para aquela recuperação tinha sido encomendado e tem sido tratado nas instâncias próprias e que, dentro de um prazo razoável, ainda em 2019, seria possível lançar a empreitada, acrescentando que a ansiedade, em política, mata. Esclareceu que quando o executivo Municipal assume uma empreitada que ultrapasse cento e cinquenta mil euros, tem de haver um concurso público e se o terreno não for municipal, é necessário a sua aquisição, depois encomendar o projeto, seguidamente, lançar o concurso público e quando tudo corre bem, demora, no mínimo, um ano, sendo certo que um projeto como o do cinema do Luso, leva, pelo menos, seis a nove meses, para ser apresentado como projeto de execução. O mesmo se aplica ao Chalet Suíço. Sobre o Espaço da Juventude em Ventosa, o edifício terá que ser adaptado, e a Câmara não pode, nunca, fazer num ano o referiu fazer em quatro. Acrescentou que até ao final do mandato, a Senhora Deputada Municipal poderá fazer um balanço, constatando que se enganou, considerando inacreditáveis as afirmações sobre falta de cultura económica e financeira, sendo um insulto para um Município que tem sido apreciado por grandes especialistas no anuário económico-financeiro, como um dos melhores do país em determinadas matérias. (inicio: após 46 minutos; fim: após 53 minutos). ----------

3) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que no uso da mesa, leu a seguinte intervenção: ----------

"Por uma questão de gestão do tempo colocamos neste período antes da ordem do dia uma questão que aqui queríamos trazer já na última sessão mas que acabámos por não o fazer em virtude do adiamento da discussão da transferência de competências na área da educação. É uma questão, como veremos, que ser liga à ideia de "proximidade", um dos argumentos tidos por fortes na propaganda da municipalização. ----------

Entendemos também que, perto de assinalarmos o 45.º aniversário do 25 de Abril, estamos em momento particularmente oportuno para ver esclarecidas as questões que aqui vamos colocar e também para refletirmos sobre a democracia e a liberdade que a Revolução nos trouxe e que precisam de muito mais do que homenagens simbólicas. Precisam de prática intensa. ----------

O PCP questiona o senhor presidente da câmara, naturalmente através da senhora presidente da assembleia, sobre o que passaremos a expor. Pedimos respostas verdadeiras e claras, o que confiamos que acontecerá. ----------

Entre as 00.00 horas do dia 21 de março de 2019 e as 24.00 horas do dia 22 de março, teve lugar uma greve nacional dos trabalhadores não docentes dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública. O pré-aviso legal foi emitido pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais que representa esses trabalhadores. ----------

Contavam-se entre os objetivos da greve a exigência de admissão de pessoal não docente, o fim do trabalho precário em funções permanentes e a regularização dos

processos do PREVPAP, a recuperação das carreiras específicas, com valorização funcional e salarial (é de lembrar que os trabalhadores da administração pública estão há dez anos sem atualização salarial, os trabalhadores não docentes têm salários miseráveis e as suas profissões e funções têm sido grosseiramente desvalorizadas!) e, ainda, o fim do processo de municipalização com a transferência da gestão dos trabalhadores não docentes para os municípios, o que, infelizmente, até já sucede na Mealhada. ----------

São razões e objetivos justíssimos que não iremos aqui discutir, como é evidente, mas que sempre caberá aos trabalhadores e aos seus sindicatos, e não a outros, aquilatar se são justos ou não e em que medida justificam a adesão à luta, neste caso o exercício do direito à greve que, convém lembrar a algum distraído, é um direito protegido constitucionalmente com a particular relevância que lhe dá a sua inclusão no capítulo sobre Direitos, Liberdades e Garantias da Constituição. ---------

Tivemos notícia – que solicitamos ao senhor presidente que confirme ou que desminta – de que, durante, pelo menos, o primeiro dia da greve, foram feitos telefonemas, um ou mais, por um senhor vereador, mais propriamente o senhor vice-presidente, a trabalhador(es) não docente(s), questionando e contestando as razões e a legitimidade da adesão à greve. ----------

A ser verdade a ocorrência destes factos, que perguntamos se são do conhecimento do senhor presidente, estaríamos perante uma grave situação de abuso do poder numa atuação que poria em causa o livre e legítimo exercício do direito à greve, como sabemos, um importante elemento político da democracia e do Estado de Direito. Seria uma situação absolutamente imprópria, convenhamos. ----------

Para além da eventual confirmação, perguntamos ainda ao senhor presidente: que medidas vai tomar para, se for o caso, apurar junto dos elementos da sua equipa, a veracidade do que relatamos e, a apurar-se esta veracidade, que medidas vai tomar para que tais comportamentos não voltem a suceder na câmara da Mealhada? ------

Aguardamos as respostas do senhor presidente, quer as que já nos possa dar hoje, quer as que tenha de fazer chegar posteriormente aos membros desta assembleia."
(inicio: após 53 minutos; fim: após 57 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que enquanto responsável de muitas entidades, nunca telefonou a nenhum trabalhador em greve ou que pretendesse fazer greve e nunca deu orientações às pessoas com quem trabalhou, não tendo que tomar medidas nenhumas porque estava absolutamente convicto que ninguém fez tal coisa. Acrescentou que tendo sido feita referência ao Senhor Vice-Presidente, lhe dava a palavra, tendo o Senhor Vice-Presidente referido que não tinha nada a dizer sobre o assunto. (inicio: após 57 minutos; fim: após 60 minutos). ----------

4) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, que no uso da mesma, apresentou as Propostas de Recomendação e Moção que a seguir se transcrevem: ----------

"----------*PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO*----------

Preservação e Salvaguarda do Património da Fábrica das Devesas ----------

Considerando que: ----------

I. A Fábrica das Devesas (edifício datado de 1891) foi adquirida em dezembro de 2011, pela Câmara Municipal da Mealhada, por € 149.000,00. e encontrava-se em ruínas à espera de uma solução. Nunca nos falaram de uma demolição desta natureza, mas de uma suposta preservação e de contenção de fachadas! ----------

II. Em Diário da República, I Série B, Nº 175 de 30 de julho de 1994, no artigo 32º, categoria de espaços, identificam-se quatro categorias de espaços: interesse arqueológico, interesse arqueológico industrial, de interesse urbanístico e de interesse arquitetónico. No anexo nº2, Identificação dos espaços culturais, número 2, de interesse arqueológico industrial – Fábrica de Cerâmica das Devesas, Fábrica de Cerâmica Progresso, Fábrica de Cerâmica Lacerda e Figueiredo, Chaminés da Disflor, todas na Pampilhosa. Recordo esta publicação tem 25 anos. ----------

III.Os edifícios de Gaia e no Porto, estão classificados como de interesse municipal, em vias de serem classificados como património imóveis de interesse público, o porquê da Câmara proprietária do edifício desde 2011, nunca ter feito este pedido?

IV. Na passada quarta feira estivemos na reunião da Assembleia de freguesia da Pampilhosa e aí foram apontadas pela senhora presidente razões para esta demolição: disse que segundo sabia teria sido por razões de segurança das pessoas, que várias vezes já tinha reportado casos de queda de matérias que se tornavam um perigo. O que reforça a nossa tese de incúria e desleixo. Reportadas essas situações, este executivo tinha era de tudo fazer para garantir a segurança das pessoas, mas também a preservação do edifício, recorrer a todas a técnicas que existem para salvaguardar a segurança de pessoas e deste bem patrimonial. Na verdade, a Câmara nunca pediu a classificação deste imóvel porque nunca o quis valorizar nem proteger. ----------

V. Pedir a investigadores com grande domínio desta área do saber, para fazer um relatório sobre o que merece ou não ser preservado, e porquê? Não é coisa demorada nem cara. Em poucos meses e por 2 mil ou 3 mil euros podem ter um relatório, que é a base para a preservação e salvaguarda do património mais valioso.

Assim, a Assembleia Municipal da Mealhada, reunida em 23 de abril de 2019, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal da Mealhada: ----------

1. Que seja feito um estudo sumário do existente e do seu valor patrimonial. ---------

2. Que os resultados do estudo divulgados para se estabelecer as bases para um projeto de recuperação, que pode ser faseado, conquanto se salvaguarde o que tenha valor, seja contendo e escorando, seja removido temporariamente. ----------

Mealhada, 23 de abril de 2019 ----------

O deputado municipal, Gonçalo Lopes."----------

"----------*PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO*----------

O Bloco de Esquerda não pode deixar passar em branco o assunto das atas. Por causa dos atrasos, nesta assembleia temos que aprovar e discutir quatro atas, o que absorve bastante tempo, temos que ler e analisar documentos que nos são enviados com um prazo bastante curto, as atas não trazem o áudio agregado; o áudio ia

facilitar a compreensão das atas, assim como a sua transcrição, apesar que o áudio por vezes também falha na assembleia, o que torna difícil para quem tem a missão de transcrever. Temos verificado que a qualidade do audio é má, pois há sempre muito ruído de fundo na sala durante as intervenções dos deputados. ----------

Propusemos na Assembleia Municipal reunida a 13 de abril de 2018, uma recomendação para a transmissão da assembleia municipal e das reuniões da câmara em streaming, que foi chumbada com os votos do PS. Lamentamos essa tomada de posição, pois é nossa convicção que o streaming está em linha com os procedimentos mais modernos e que, a ser implementado, será uma excelente ajuda para quem tem de escrever as atas. Para além disso, promove uma maior aproximação dos munícipes ao poder local. ----------

O Bloco de Esquerda pretende com esta medida valorizar o papel que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm na promoção contínua da democracia, da participação mais ativa dos munícipes, tudo fazendo para que estes possam conhecer melhor os órgãos democráticos que têm à sua disposição e que a eles possam aceder facilmente, que o trabalho desempenhado por todos nesses órgãos e as decisões que neles são tomadas, cheguem ao maior número de pessoas, promovendo assim uma maior transparência e mais participação cidadã na vida política local. ----------

Por isso o Bloco de Esquerda recomenda novamente a esta Assembleia Municipal reunida a 23 de abril de 2019 ----------

1) A Gravação e/ou transmissão em direto através de "streaming" de todas as reuniões públicas da Câmara Municipal da Mealhada e da Assembleia Municipal da Mealhada ficando os registos vídeo das reuniões disponíveis no site da internet. ----

Mealhada, 23 de abril de 2019 ----------

O deputado municipal, Gonçalo Lopes ----------

"----------MOÇÃO----------

O 25 de abril, o 1º de maio e as lutas dos trabalhadores ----------

Comemoramos o quadragésimo quinto aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa História Coletiva. O 25 de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. ----------

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. A Constituição da República consagrou todos os direitos democráticos sociais e laborais conquistados. ----------

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. ----------

Salvaguarda do Património da Fábrica das Devesas, a n.º 1; a Proposta de Recomendação – Gravação e Transmissão das Reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a n.º 2 e a Moção - O 25 de abril, o 1º de maio e as lutas dos trabalhadores, a n.º 3. ----------

De seguida foi colocada à votação, a PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DA FÁBRICA DAS DEVESAS, com o nº 1, tendo votado contra, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Rosário Alves, substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça e a favor, os Senhores Deputados Municipais: Susana Catarina Simões de Almeida, Cristiana Raquel Alves Duarte, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes e João Manuel Lima Louceiro. ----------

A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DA FÁBRICA DAS DEVESAS, foi rejeitada por maioria, com 16 votos contra e 10 votos a favor. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -

A Senhora Presidente da Mesa apresentou uma Declaração de Voto, tendo referido que o conteúdo da mesma vai ao encontro do que o Senhor Presidente da Câmara esclareceu sobre as diligências a realizar sobre o assunto. (inicio: após 1 hora e 14 minutos; fim: após 1 hora e 15 minutos). ----------

Seguidamente, a Senhora Presidente colocou à votação a PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICPAL E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, com o n.º 2, tendo votado contra, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Rosário Alves, substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça e a favor, os Senhores Deputados Municipais: Cristiana Raquel Alves Duarte, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da

O desemprego e precariedade laboral são ataques aos direitos dos trabalhadores e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que abril nos deu. ----------
As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como "outro", debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa. ----------
As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que abril instaurou. ----------
O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás. ----------
A luta permanente por melhores condições de vida e trabalho, ganham expressão de forma particular nas comemorações do 1º de Maio, um dia que representa para os trabalhadores a luta contra o desemprego, por aumentos de salários e de defesa do sistema público de saúde, educação e por mais justiça social. ----------
Assim, a Assembleia Municipal da Mealhada, reunida em 12 de abril de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ----------
1. evidenciar o 45º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação; ---
2. Saudar o 1º de Maio e esperar que seja uma expressão forte de festa e luta por um Portugal melhor e com futuro; ----------
Mealhada, 23 de abril de 2019 ----------
O deputado municipal, Gonçalo Lopes." (inicio: após 60 minutos; fim: após 1 hora e 09 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa referiu que as Recomendações e Moção apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, seriam numeradas e colocadas à votação, sendo a Proposta de Recomendação - Preservação e

Silva Oliveira Rodrigues, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes e João Manuel Lima Louceiro. ----------

A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICPAL E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL foi rejeitada por maioria, com 17 votos contra e 9 votos a favor. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. --

O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez uma Declaração de Voto referindo que tal como anteriormente, lamentava o chumbo socialista à proposta que tenta também aproximar a politica da população e que cada vez se está a fechar cada vez mais". (inicio: após 1 hora e 17 minutos; fim: após 1 hora e 18 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa fez uma Declaração de Voto referindo que já tinham sido feitas várias assembleias municipais, nas várias freguesias e houve sítios em que estava a assistir apenas uma pessoa. Considera que pode ser mais interessante as pessoas estarem presentes do que estarem instaladas longe, a assistir, porque assim também podem participar, sendo esta a razão do voto. (inicio: após 1 hora e 18 minutos; fim: após 1 hora e 19 minutos). ----------

Posteriormente, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a MOÇÃO - O 25 DE ABRIL, O 1º DE MAIO E AS LUTAS DOS TRABALHADORES, com o n.º 3, tendo votado contra, os Senhores Deputados Municipais: Susana Catarina Simões de Almeida e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba; a favor, os Senhores Deputados Municipais: Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes e João Manuel Lima Louceiro e abstiveram-se, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Ana Paula Ribeiro Coelho, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Cristiana Raquel Alves Duarte, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Rosário Alves, substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça. ----------

A MOÇÃO- O 25 DE ABRIL, O 1º DE MAIO E AS LUTAS DOS TRABALHADORES foi aprovada por maioria, com 3 votos a favor, 2 votos contra e 21 abstenções. ------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -

A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto referindo que embora fosse filha da Revolução de Abril e partidária de todos os valores da mesma, só tinha votado contra por não ter percebido o alcance da Moção. (inicio: após 1 hora e 25 minutos; fim: após 1 hora e 26 minutos). ----------

A Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez uma Declaração de Voto referindo que muito embora viva o 25 de abril, viva o 1.º de maio, não percebeu o que se pretendia com a Moção apresentada, não tendo percebido o alcance da mesma, não podendo, por isso, votar a favor, nem contra. (inicio: após 1 hora e 26 minutos; fim: após 1 hora e 27 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa fez uma Declaração de Voto referindo que por muito boa que fosse a ideia, no final, para concretização da Moção, faltava objetivar o que efetivamente se estaria a querer propor, tendo sido só isso que tinha fundamentado o sentido de voto. (inicio: após 1 hora e 27 minutos; fim: após 1 hora e 28 minutos).
O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez a seguinte Declaração de Voto: "*Só queria dizer uma coisa, o texto, uma introdução, mas Declaração de Voto e votar contra, eu penso primeiro que, quando os deputados estão aqui a falar deve haver respeito, que muitas vezes não há*" (inicio: após 1 hora e 28 minutos; fim: após 1 hora e 29 minutos). ----------
O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra para fazer a seguinte Declaração de Voto: "*A Declaração de Voto é no sentido de reforçar aquilo que estávamos a votar, que todos ouvimos, todos ouvimos, era uma exortação ao 25 de abril, que esta assembleia podia e devia associar-se e uma saudação ao 1.º de maio que se aproxima. Todas as matérias que são consideradas pelos eleitos, aqui, de interesse para o Município, de interesse para esta assembleia podem e devem ser tratadas, não são só obras, demolições e coisas, enfim, de grande importância, mas não se fica por aí. Portanto a Moção tinha sentido, tem sentido. Já noutras vezes a Assembleia aprovou moções deste tipo, associando-se à importância das datas e o PCP associou-se à importância das datas, outros entenderam não o fazer*". (inicio: após 1 hora e 29 minutos; fim: após 1 hora e 31 minutos). ----------
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------
1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.º 9, 10, 11 E 12: ----------
ATA N.º 9 (Sessão de 27/12/2018): ----------
Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém se queria inscrever, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que no uso da mesma referiu o seguinte: ----------
"A proposta de ata, do nosso ponto de vista, não reflete devidamente as duas questões que se levantaram quanto à introdução de um novo ponto na ordem do dia, referente à aquisição de quotas da EPVL. ----------
Recordamos que, na sessão, surgiram duas dúvidas: primeira, qual seria o número de membros da assembleia, o universo a considerar para a formação de uma maioria de dois terços que permitisse a introdução do ponto na ordem do dia, se os 27 elementos que compõem esta assembleia, se os 26 que estavam efetivamente presentes; a segunda dúvida, já colocada em cima desta última opção – a consideração, apenas, dos 26 eleitos presentes –, foi a de identificar o número de votos necessários ao cumprimento do critério legal de dois terços. ----------

O ponto acabaria por ser acrescentado erradamente à ordem do dia com 17 votos, número inferior aos dois terços que a lei determina; teriam de ser 18. ----------
Consideramos, pois, que a proposta de ata n.º 9 não traduz o que se passou. No entanto, entendemos não trazer aqui uma redação alternativa que, provavelmente, iria reacender a discussão de forma improdutiva, até porque tivemos oportunidade de voltar a analisar o sucedido já na última sessão ordinária com declaração que foi transcrita para a ata respetiva. ----------
Mas sobre essa outra proposta de ata, a referente à última das sessões ordinárias, a ata n.º 11, voltaremos a pedir o uso da palavra. Acrescentou ainda, algumas correções à Ata n.º 9, concretamente, no verso da sexta folha, perto do final: "A Senhora Presidente perguntou se havia proposta ou sugestão escrita de alteração à Ata, ao que respondemos que não" porque sugestão de alteração, como se pode ver pela própria Ata já tínhamos acabado de fazer, que era a transcrição das declarações do Senhor Presidente" o texto não é grave, este lapso, chamemos-lhe assim, mas o texto deve ser alterado de acordo com isto que é apenas substituir sugestão como lá está, por "sugestão escrita ou por proposta escrita", porque sugestão de alteração ela existia e correspondeu à nossa intervenção".(inicio: após 1 hora e 32 minutos; fim: após 1 hora e 34 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta de alteração para que passasse a constar da Ata, referindo ainda haver mais duas a serem tomadas em consideração. Uma foi apresentada pelo Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, referente às questões colocadas ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à autoria da diligência prévia e sobre a temática do perdão da divida à Escola Profissional, e outra, pelo Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, no sentido de passar a constar o seu nome por ter estado presente na sessão, e não, o da Senhora Deputada Ana Luzia Santos Cruz. (inicio: após 1 hora e 34 minutos; fim: após 1 hora e 36 minutos). ----------
Posteriormente, colocou a Ata n.º 9 à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Cristiana Raquel Alves Duarte, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Iola Marina Gaspar Batista, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Rosário Alves, substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça e abstiveram-se, os Senhores Deputados Municipais: Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho e Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, por não terem estado presentes na sessão. ----------
A ATA N.º 9 foi aprovada, por maioria, com 23 votos a favor e 3 abstenções. ---------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. – ATA N.º 10 (Sessão de 25/01/2019): ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que leu a seguinte intervenção: ----------

"Em 05.02.2019 enviámos um email com o texto da intervenção política proferida pelo PCP acerca do processo de transferência de competências. Incluía também um sumário de questões levantadas a propósito das diversas áreas. Reenviámos o mesmo email no passado dia 20 de abril, ao verificarmos que a proposta de ata não refletia o que foram as intervenções do PCP. ----------

Provavelmente, o primeiro email não terá sido visto pelos serviços e pela senhora presidente. A posição política que explicitámos na sessão não figura na ata. Por outro lado, acerca de várias daquelas áreas de transferência de competências, a síntese das questões levantadas pelo PCP está feita, na proposta de ata, mas de forma imprecisa ou insuficiente. ----------

No sumário que enviámos ainda em fevereiro seguiram, por lapso nosso, anotações acerca de um diploma em relação ao qual ajuizámos, na própria sessão, não ser necessário tomar a palavra. Estas anotações referentes à matéria do Decreto-Lei n.º 106/2018 (gestão de património público sem utilização) não devem, naturalmente, constar da ata. ----------

Em relação a outras áreas e outros diplomas, é insuficiente ou impreciso o que está resumido na proposta: DL 97/2018 (praias marítimas, fluviais e lacustres), DL 103/2018 (equipas intervenção permanente e bombeiros), DL 104/2018 (lojas do cidadão, gabinetes de apoio, CLAIM), DL 105/2018 (habitação), DL 107/2018 (estacionamento público), DL 101/2018 (justiça). Solicitamos, assim e de novo, a inclusão das questões colocadas pelo PCP na ata. ----------

Nos restantes casos em que usámos da palavra, consideramos ser aceitável a forma como as questões e preocupações manifestadas pelo PCP foram vertidas para a proposta de ata: DL 98/2018 (jogos de fortuna ou azar), DL 100/2018 (vias de comunicação), DL 102/2018 (financiamentos de projetos). ----------

O PCP identifica as matérias de transferência de competências como matérias de especial sensibilidade política que comportam evidentíssimos riscos para o município e para o país, pelo que é imprescindível que as posições assumidas por cada força política e as dúvidas suscitadas acerca das aceitações de competências tenham registo adequado para memória futura. Não há de tardar o tempo em que vamos ter de avaliar politicamente as consequências de as maiorias PS/PSD constituídas no concelho da Mealhada em torno deste processo de municipalização e de reconfiguração do Estado, quer na câmara, quer aqui na assembleia, não terem querido adotar, pelo menos, o princípio de precaução em que tanto temos insistido e que aconselhava não entrar nisto, muito menos logo em 2019. ----------

Sendo assim, é indispensável que as posições, as questões levantadas e, não menos importante, as respostas dadas pelo senhor presidente da câmara, figurem

na ata de forma suficiente e compreensível. Quanto às posições do PCP, por maioria de razão, entendemos que é inegociável o devido tratamento na ata n.º 10. ----------
Estamos certos de que a intenção de quem elaborou a presente proposta de ata não foi a de desvalorizar as questões que o PCP colocou. Haverá, com toda a certeza, uma explicação para a não utilização do que enviámos por email em fevereiro. ------
Cumpre ainda pedir a atenção para mais alguns aspetos, sendo que em relação a eles é de esperar que quem usou da palavra ou os respetivos grupos municipais apresentem as propostas de melhorias de texto que, manifestamente, são necessárias. Assim: ----------
- Parece-nos que a posição inicial assumida pelo grupo municipal do PSD, de que discordamos mas que respeitamos, sem deixar, no entanto, de notar o tom aparentemente crítico que não teve seguimento nas votações, não está traduzida de forma suficiente na ata. ----------
A intervenção do senhor presidente da câmara após as alocuções iniciais – na ata, está na parte referente à gestão das praias – não é inteligível, quando ali se fala de universalidade e de proximidade. ----------
Na votação da adesão a esta área de transferência de competências falta identificar o voto contra do PCP através do seu eleito, João Louceiro. Esta correção requeremos nós que seja feita. ----------
A reprodução da intervenção do senhor presidente acerca da transferência relativa aos jogos de fortuna ou azar não resulta clara, parece-nos. ----------
A descrição final da aprovação da transferência de competências na área da justiça remete erradamente para o DL n.º 107/2018 que regulamenta questões de estacionamento público e não da justiça. ----------
Parece-nos ainda insuficiente a tradução das explicações que o senhor presidente da câmara deu relativamente à área dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. ----------
Repetimos que, em relação a estes aspetos, assinalamo-los aqui, mas não assumimos nós o encargo de apresentar propostas escritas para a sua clarificação. Desde logo, o número de vogais que compõem os grupos municipais do PS e também do PSD deverão ou deveriam ser mais do que suficientes para que, assumindo cada um/a as responsabilidades que lhe cabem, haja quem proceda a leituras cuidadas e a propostas de melhoria destes textos de prestação de contas. - Serve isto, também, para voltarmos a repudiar as acusações de má-fé que o senhor presidente da câmara nos dirigiu, na última sessão, de forma agastada e provocatória, quando questionámos, com razão, a legalidade da convocatória e da efetivação da sessão extraordinária de 28 de março. ----------
Para além de ser evidente que não considerou capazes as explicações dadas pela senhora presidente da assembleia, sentindo necessidade de "arrumar" o assunto pelos seus meios, o senhor presidente desvalorizou duas coisas que são iniludíveis: a ligeireza com que os eleitos do PS, em alguns momentos, têm tratado as questões da assembleia municipal; a dimensão do seu grupo de eleitos que, mesmo assim,

não se traduz em capacidade visível de acompanhamento dos trabalhos e dos assuntos e em intervenção. ----------
Aquilo que o PCP então verificou acerca da ilegalidade dos termos da convocatória poderia e deveria, estamos em crer, ter sido verificado pelos muitos eleitos do PS, não nos cabendo a nós, ainda que o senhor presidente nos dirija acusações de má-fé, fazer trabalho de assessoria e de apoio que parece querer que seja nossa obrigação mas que não parece ser sentida como obrigação pelo grupo municipal do seu partido". (inicio: após 1 hora e 36 minutos; fim: após 1 hora e 45 minutos). -------
A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que os mails recebidos são reencaminhados e perguntou se na altura da intervenção tinha solicitado a transcrição para a ata, tendo o Senhor Deputado Municipal respondido que não tinha a certeza. A Senhora Presidente disse que todos os pedidos de transcrição de intervenções são satisfeitos, acrescentando que quando o Senhor Deputado Municipal recebeu o texto da ata poderia ter contactado os serviços e fazer tal referência para que a situação fosse vista e após consulta aos restantes membros da Mesa, referiu que uma vez que a ata teria que ser revista, era retirada da votação e apresentada na próxima sessão. (inicio: após 1 hora e 45 minutos; fim: após 1 hora e 50 minutos). ----------
A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, pediu a palavra, e no uso da mesma, declarou: "Não posso deixar de fazer esta intervenção. Senhor Deputado João Louceiro, há pouco, "mea culpa", e portanto, lição aprendida, eu recebi bem o seu recado, sou inexperiente nesta área. Agora não posso deixar de passar em branco o facto de ter dito que os Deputados do PS não são suficientemente diligentes e não estão atentos, não fazem o trabalho de casa, e portanto, não veem que uma convocatória está mal feita, quando a convocatória, aquilo que tinha era uma lei em vez de um decreto-lei, que era um lapso retificável a todo o tempo, até porque os diplomas legais vinham anexados e por conseguinte quem quer que estivesse minimamente atento, conseguia verificar que de facto ali havia uma lei, ou melhor havia um decreto-lei da competência do Governo e não uma lei da Assembleia da República, era muito fácil perceber isso. E, portanto não valia a pena estar aqui fazer um pé de vento e toda a gente ter que ir para casa e voltar cá novamente, quando os diplomas tinham sido anexados e portanto os Deputados suficientemente diligentes, zelosos, capazes, teriam analisado os diplomas como era sua competência. Muito obrigado". (inicio: após 1 hora e 50 minutos; fim: após 1 hora e 52 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa afirmou que tinha ficado demonstrado que toda a gente tinha apreendido o sentido da convocatória e tanto assim foi que houve intervenções sobre os assuntos, o que não teria sucedido se não tivessem percebido a mesma, tanto mais que os diplomas legais também tinham sido enviados com a convocatória. Quanto ás afirmações referentes à intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre o assunto, entendeu que a explicação dada foi sobre o sucedido com a convocatória para a reunião de Câmara, e não por entender que as explicações apresentadas não tivessem sido esclarecedoras, nem para acrescentar

alguma coisa ao que tinha sido dito, não devendo ser feito outro aproveitamento. (inicio: após 1 hora e 52 minutos; fim: após 1 hora e 53 minutos). ----------
ATA N.º 11 (Sessão de 28/02/2019): ----------
A Senhora Presidente da Mesa perguntou quem queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Gonçalo Lopes e João Louceiro. --------
1) O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, no uso da mesma, referiu que na Ata n.º 11, alínea 4 - no uso da palavra, a Deputada Ana Luzia, fez uma pergunta direcionada aos Senhores Vereadores de Juntos Pelo Concelho sobre a reunião de 26 de dezembro e que pretendia saber se já tinham avançado com a impugnação judicial em relação ao assunto da Escola Profissional, solicitando o registo em ata da pergunta que não foi respondida por nenhum Vereador da Coligação Juntos Pelo Concelho. (inicio: após 1 hora e 53 minutos; fim: após 1 hora e 55 minutos). ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra, referiu o seguinte: ----------
"A propósito desta proposta de ata, queremos dirigir à senhora presidente uma pergunta concreta para uma resposta concreta. ----------
Os alertas que deixámos na sessão de 28 de fevereiro acerca da forma ilegal como a questão da EPVL foi admitida na sessão de 28 de dezembro, convertendo a deliberação posteriormente tomada num ato nulo, não tiveram qualquer reação por parte da mesa e da sua presidente; nem mesmo a sugestão apresentada pelo PCP que, ao contrário da sempre perigosa atitude da avestruz, poderia sanar o problema, terá sido ponderada, segundo o que verificamos pela ordem do dia da sessão de hoje que não contempla a ratificação da deliberação da assembleia para autorização da aquisição das quotas que lhe conferiria a legalidade que não tem! ----------
Assim sendo, aproveitamos esta oportunidade para perguntar à senhora presidente, de forma direta e, porventura mais clara, se vai tomar alguma medida para resolver este imbróglio em que se arrisca a nulidade da deliberação da aquisição das quotas da EPVL, agendando de novo o assunto, agora para ratificação da deliberação nos termos legais, como está previsto no CPA? ----------
Desta vez, e como nem resposta tivemos à sugestão na sessão de 28 de fevereiro, solicitamos uma resposta concreta e objetiva da senhora presidente que, desde já, requeremos que seja registada na ata desta sessão".(inicio: após 1 hora e 55 minutos; fim: após 1 hora e 57 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa afirmou que tinham existido duas deliberações, uma, sobre a inclusão do assunto na Ordem do Dia, e outra, sobre o assunto em si. O ato administrativo era a decisão sobre o assunto, e não, sobre a sua inclusão e a votação questionada foi relativamente a esta. A deliberação sobre o assunto foi tomada e não havia nada a dizer quanto à mesma e até haver alguma impugnação, a Mesa não tinha poderes para decidir se padecia de algum tipo de vício. Acrescentou que devia ser feita a distinção entre as duas deliberações. Referiu ainda não concordar quanto à questão da nulidade, pois, tal como o Senhor Deputado tinha dito, só a existência de tumultos na sala poderia tornar a decisão nula, caso contrário, era anulável, tendo os seus prazos de impugnação. Concluiu que a Mesa teria que aguardar que alguém

tomasse uma atitude, caso contrário, não havia razão, nem legitimidade para fazer muito mais, pois a deliberação estava tomada. Quanto ao pedido do Senhor Deputado para o registo em ata da sua resposta, afirmou que quem pode pedir as transcrições para a ata é o próprio orador, e não os outros, mas que nada tinha a opor a que fosse feita a transcrição da explicação apresentada. (inicio: após 1 hora e 55 minutos; fim: após 1 hora e 58 minutos). ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a ATA n.º 11, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Cristiana Raquel Alves Duarte, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Rosário Alves, substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, e abstiveram-se, os Senhores Deputados Municipais: Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho e Iola Marina Gaspar Batista, por não terem estado presentes na sessão. ----------

A ATA N.º 11 foi aprovada, por maioria, com 24 votos a favor e 2 abstenções. -------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, pediu a palavra para perguntar aos Senhores Vereadores do Juntos Pelo Concelho, se sabiam dizer se sempre tinham avançado com a impugnação judicial sobre a Escola Profissional. (inicio: após 2 horas e 1 minuto; fim: após 2 horas e 2 minutos). ----------

A Senhora Presidente referiu que o pedido deveria ser feito através da Mesa. --------

ATA N.º 12 (Sessão de 28/03/2019): ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que no uso da mesma apresentou *"Três observações acerca desta proposta de ata.* ----------

Na sessão extraordinária de 28 de março contestámos a legalidade da convocatória e, portanto, da realização da sessão, já o recordámos hoje. A senhora presidente da assembleia, após conferência com os outros elementos da mesa, diligenciou rebater os nossos argumentos para garantir o prosseguimento da sessão. ----------

Nos contra-argumentos surgiram várias coisas, desde logo responsabilidades atribuídas aos funcionários que apoiam a assembleia, que além de não serem adstritos exclusivamente a este órgão, são considerados poucos – questões que, temos insistido, são competência da senhora presidente melhorar. ----------

A senhora presidente citou, ainda, o art.º 249.º do Código Civil, pretendendo sanar com a ajuda dele os erros cometidos no tratamento da convocatória da sessão.

Queremos dizer-lhe que não se nos afigura que o instrumento usado tivesse aplicação na situação em apreço, desde logo porque a disposição respeita a erro de cálculo ou de escrita em "negócio jurídico", o que não é o caso de uma convocatória emitida, neste caso com erros de conteúdo. De qualquer modo, feito o reparo, não pretendemos prosseguir a polemizar sobre este assunto. ----------
Por último... Já registámos que a acusação de má fé que o senhor presidente nos dirigiu na sessão extraordinária figura, e bem, na ata; por duas vezes, até. Queríamos, no entanto, registar também, porque essa não consta da ata, a ameaça do senhor presidente, em jeito de retaliação, de passar a convocar todos os chefes de divisão para estarem presentes nas sessões da assembleia. ----------
Assistir às sessões deste órgão autárquico não deveria, em princípio, ser um castigo, mas, nesses termos e no contexto em que foi produzida, não deixámos de compreender a ameaça como uma forma de tentar lançar o descontentamento para cima de nós porque, afinal, pusemos em causa a legalidade da convocatória da sessão da assembleia e, portanto, as condições para a sua realização... Seria, portanto, usar trabalhadores da autarquia como arma de arremesso contra a exigência de rigor que o PCP aqui trouxe, em alternativa à pressa e desatenção com que as coisas foram feitas. ----------
O senhor presidente lá saberá, com a sua experiência política, se este é um caminho que queira seguir, sabendo também que não nos intimidará nem limitará com ameaças dessas ou outras. Mas, para já, também nos cumpre registar que não concretizou a ameaça feita. Na nossa opinião, só poderia ser assim; de outra forma seria um exercício grotesco de prepotência." (inicio: após 2 horas e 03 minutos; fim: após 2 horas e 06 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que lembrou ao Senhor Deputado Municipal que os dirigentes tinham isenção de horário de trabalho, precisamente para apoiarem o executivo no que fosse necessário, e por isso, estavam presentes duas senhoras, que não sendo dirigentes, estavam em substituição da Senhora Chefe de Divisão que estava impossibilitada de estar presente, assim como, por várias vezes, esteve presente a Senhora Engenheira Margarida para prestar esclarecimentos sobre planos urbanísticos, etc. Concluiu que o facto de estarem presentes, não era para ameaçar ninguém. (inicio: após 2 horas e 06 minutos; fim: após 2 horas e 09 minutos). ----------
Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a ATA n.º 12, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Iola Marina Gaspar Batista, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal

Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Rosário Alves, substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, e abstiveram-se, as Senhoras Deputadas Municipais: Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho e Cristiana Raquel Alves Duarte, por não terem estado presentes na sessão. ----------

A ATA N.º 12 foi aprovada, por maioria, com 24 votos a favor e 2 abstenções. -------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Luís Brandão, Raúl Rodrigues e João Louceiro.

1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, e no uso da mesma, questionou a ausência da indicação sobre os processos judiciais pendentes na informação, e ainda, sobre os motivos da não realização de 3 reuniões por ano do Conselho Municipal de Segurança. Referiu ter tido conhecimento que os Vereadores da Coligação Juntos Pelo Concelho da Mealhada apresentaram uma proposta para reduzir a pegada ecológica no Festame, propondo a eliminação das palhinhas e copos de plástico descartáveis. Perguntou se a piscina do Luso iria funcionar no próximo verão, e em caso negativo, quais eram as alternativas para os munícipes e visitantes. Solicitou esclarecimentos sobre os problemas surgidos no lago do Luso que se encontrava inoperacional. Perguntou ainda qual a data prevista para a conclusão da obra de recuperação do Convento de Santa Cruz e das Capelas dos Passos da Via Sacra e se a vistoria de março de 2019 à Requalificação da Envolvente à Praça Central da Vila de Luso, significava que a obra estava concluída e se era possível o arranjo do pavimento em frente ao Mercado. (inicio: após 2 horas e 11 minutos; fim: após 2 horas e 15 minutos). --------

A Senhora presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a Senhora Chefe da Divisão não fez a relação de processos em contencioso por não ter havido nenhuma alteração aos existentes. Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, esclareceu que iria reunir brevemente, havendo as reuniões que se considerem necessárias. Relativamente à proposta de não utilização das palhinhas e copos de café de plástico no Festame, mas de material de casca de arroz, a Câmara Municipal tem procurado mas ainda não foi encontrado fornecedor, acrescentando que em parceria com a ERSUC se pretende transformar o Festame em Eco evento, com um conjunto de ações ligadas aos dois RR. Afirmou que a piscina do Luso estaria aberta no verão e que no lago era necessário renovar mais de noventa metros, sob pena de acontecer o mesmo que no pavilhão. Informou que a recuperação do Convento Santa Cruz estava feita, e que, em princípio, o empreiteiro entregaria a obra no dia 15 de maio e que as capelas e as ermidas estariam concluídas, segundo a última nota do empreiteiro, no dia 4 de junho. Quanto à obra da Praça Central da vila do Luso, a vistoria que houve foi para detetar as

patologias existentes e que tinham que ser renovadas e refeitas. O piso em frente ao Mercado poderia, eventualmente, vir a ser alterado, estando a Câmara em contacto com o empreiteiro e projetista para transformar o que existe e não ser necessário andar sempre a reparar, apesar de existir um problema naquela rua, pois, não está preparada para pesos pesados, podendo, eventualmente, ser necessário alterar a postura de trânsito de modo a impedir que os carros dos madeireiros com cargas incomportáveis ali passem e circulem e transitem pelo IP3. (inicio: após 2 horas e 15 minutos; fim: após 2 horas e 20 minutos). ----------

2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Raúl Rodrigues, e no uso da mesma, leu o seguinte: ----------

"*Sr Presidente* ----------

A caminho dos dois anos de mandato e o orçamento, que classifica como realista e exequível, tem demonstrado que não passa do papel. Muitas obras em atraso que já aqui demos conta de algumas e mais do que uma vez. ----------

Recordamos o enorme atraso com o Mercado Municipal da Pampilhosa. Na Assembleia Municipal de 27 de Dezembro de 2018 o Sr Presidente anunciou uma prorrogação do prazo em dias, já passaram 55 dias e 2 meses, Perguntamos para quando o fim de mais uma obra, e a que se deve mais um adiamento? ----------

Sobre a EPVL (que ainda não passou totalmente para a posse da Câmara) tomámos conhecimento de uma proposta que os elementos do executivo socialista apresentaram relativa a um novo PERDÃO DE DÍVIDA, agora relativo às últimas 12 rendas. Continuamos a referir que temos sérias dúvidas sobre a correcção desse perdão. Sabemos que essa proposta também contemplava um baixar do valor da renda mensal paga pela Escola à Câmara. Concordamos com a ideia e aplaudimos a iniciativa, tanto mais que os vereadores-da Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada há cerca de 1 ano fizeram proposta similar. Lamentamos que nessa altura não tivesse sido considerada como válida pelos vereadores socialistas. -------

Sobre a Feira de Barcouço, alguns anos depois da proibição da utilização do IC2 verificamos que os perigos para feirantes e população em geral continuam a ser muitos, o que tem sido feito para de uma vez por todas garantir uma utilização do espaço em melhores condições de segurança? Sabemos que alguma coisa estará para ser feita. Será ali que vão gastar os 5 milhões que não querem gastar nas Devesas? ----------

Por último, ----------

"Projecto de Execução da Reabilitação da passagem Superior sul à linha do Norte em Pampilhosa. Elaboração suspensa. Agendada reunião para 16 de Abril de 2019. Isto é o que se lê na página 4 da Informação enviada a esta Assembleia no capítulo Elaboração de Projectos. Concretamente o que está de facto previsto para a elaboração desta obra? Que novidades existem?" (inicio: após 2 horas e 15 minutos; fim: após 2 horas e 25 minutos). ----------

A Sra. Presidente fez uma referência relativamente à transcrição das intervenções para a Ata, pedindo, em nome da Mesa, uma especial atenção aos Senhores Deputados Municipais que quando o pretendessem, deveriam requerer aquando da

intervenção. Tem acontecido entregarem o texto, o que era uma ajuda, mas quando tal não acontece, eram feitas na mesma, mas o que consta no Regimento é que só são transcritas quando é pedido. Acrescentou que a Mesa pedia que os pedidos não fossem apenas apresentados nos mails enviados, por vezes, quase na véspera das próximas assembleias, porque quando não eram feitos na altura, prejudicava a sua transcrição e depois não seriam aceites (inicio: após 2 horas e 25 minutos; fim: após 2 horas e 27 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor presidente da Câmara que esclareceu que as obras não são feitas por nenhum membro da Câmara mas, por empreiteiros de acordo com contratos, e por vezes, por circunstâncias que estão previstas na lei, aqueles têm direito a prorrogações de prazo. Quanto à EPVL esclareceu que o processo segue o seu curso, devendo a Câmara Municipal obter o visto prévio da operação no Tribunal de Contas, estando tudo a decorrer com normalidade. Relativamente à feira de Barcouço, afirmou que segundo informação, ninguém expunha na estrada nacional porque era proibido e se tratava de uma questão muito difícil de resolver por ser no entroncamento de dois municípios, e podiam não vender no lado direito mas podiam no lado esquerdo que é Coimbra e sobre isso a Câmara da Mealhada nada podia fazer, pois é território de outro Município. Sobre a possibilidade do pontão passar por cima da antiga fábrica da Soprem, afirmou que a Câmara Municipal ponderava lançar um concurso de conceção da construção, face à dificuldade técnica e à falta de empresas especializadas para fazer a obra, uma vez que tem de ser feita por cima linha de caminho de ferro. (inicio: após 2 horas e 27 minutos; fim: após 2 horas e 33 minutos).

3) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra leu a seguinte intervenção: ----------

"Percebemos pelas informações prestadas pela Divisão de Administração e Conservação do Território (DACT), os dois projetos de reabilitação de áreas de regadio no concelho da Mealhada continuam a aguardar desenvolvimentos. Num deles já existe parecer do ministro – que parece tão pujante a emitir pareceres como a defender a nossa agricultura dos cercos da PAC – mas continua em falta no outro e, nos dois, falta a elaboração da planta parcelar. Já o perguntámos em sessão anterior e voltamos a fazê-lo: quando será possível ver estes projetos a avançar para a fase de execução? Há alguma ideia por parte da câmara, ou estes projetos são considerados secundários? Qual é a verdadeira importância dada pela câmara a estes projetos? ----------

- De novo, também, qual é o ponto da situação relativo à reabilitação da Escola Secundária? ----------

O PCP manifesta satisfação pela recente contratação de uma técnica, arquiteta, que, pelo que percebemos, irá permitir priorizar e avançar com projetos que têm estado parados. Embora compreendendo que o avançar não depende só disto, é com especial interesse e expetativa que vemos assinalados como novos projetos a receber prioridade a reabilitação do Chalet Suiço na Pampilhosa, o estudo para uma rede ciclável, rede de parques de estacionamento e rede de caminhos pedonáveis

ou o já mítico centro de recolha oficial municipal. O que é que a câmara pode dizer acerca do que talvez seja um novo impulso para estes e outros projetos? ----------
Nos projetos que se mantêm sem desenvolvimento, vemos que o processo referente à substituição da cobertura e outros trabalhos de conservação no pavilhão municipal da Mealhada aguarda aprovação. De quem tem de vir esta aprovação que parece estar a bloquear o processo? ----------
Nas informações sobre empreitadas de obras públicas encontramos a preparação para consulta prévia do procedimento de contratação pública Caminhos de Fátima. Pedimos esclarecimentos sobre isto. ----------
Confirmámos que, finalmente, começou e está em marcha a empreitada da contenção de terras do morro no centro do Luso! Expressamos o nosso regozijo e pedimos um ponto da situação relativo ao decorrer dos trabalhos. Estendemos a satisfação à conclusão da obra de reparação de pavimentos em Várzeas. ----------
Quando vai estar pronto o Mercado Municipal da Pampilhosa? Quando é que os comerciantes que ainda estão alojados nos contentores poderão ocupar os espaços do novo edifício? ----------
Mudando de assunto, voltamos ao tema da transferência de competências na área da Educação, tema retirado da ordem do dia da última sessão a pedido do senhor presidente da câmara, um adiamento que peca por não significar, como devia, a não adesão e por encontrarmos nele preocupações que são quase exclusivamente de ordem financeira e orçamental, o que é muito, mas mesmo muito curto para a devida apreciação desta matéria. ----------
Em primeiro lugar, gostaríamos de perceber melhor as razões da decisão de adiamento. Percebemos a parte do alargamento do prazo. Mas não percebemos, e julgamos que isso não foi clarificado, o que é que o senhor presidente da câmara ouviu, eventualmente nos corredores da vida associativa autárquica, nos do seu partido ou noutros, que o fez suspender – esperamos que seja mais do que isto – a decisão tomada, lamentavelmente, por unanimidade em reunião de câmara de 18 de março de 2019. ----------
Em segundo lugar, gostaríamos que informasse esta assembleia se o executivo a que preside já voltou a debruçar-se sobre o assunto. ----------
Em terceiro lugar, deixar algumas reflexões sobre o que transpareceu da discussão, se assim lhe podemos chamar, havida nessa reunião de câmara, de acordo com a síntese que a ata dela faz. ----------
Entendemos que o debate havido na câmara acerca da aceitação desta transferência de competências terá sido manifestamente pobre e distante das questões que deviam estar a ser ponderadas; reflete também a completa desvalorização de outros intervenientes e implicados nestas decisões (e que não são só o diretor do agrupamento), o que já é uma imagem de marca dos ímpetos municipalizadores verificados na Mealhada. ----------
Em grande medida, a abordagem feita assenta na ideia não comprovada de que a experiência do contrato interadministrativo foi positiva, ou mesmo um êxito, e num

certo sentimento de inevitabilidade que é mero alinhamento partidário, quer dos eleitos do PS, quer dos do PSD. ----------

Refira-se a este propósito a importância que parecem querer atribuir ao relatório produzido pela Comissão de Acompanhamento que, pelo que percebemos na última sessão, terá produzido um primeiro documento e, contrariamente ao previsto, ficou-se por aí, o que também é um sinal muito eloquente do "êxito" do processo... --------

Face à importância que se tenta dar a estas avaliações, queremos expressar com clareza o que pensamos. ----------

O único relatório conhecido de pouco serve. A composição da comissão de acompanhamento é "viciada", reunindo, apenas gente do governo e da administração educativa, do município e o diretor, qualquer um deles comprometido com as decisões de municipalização, certamente por razões próprias, mas sem independência ou imparcialidade em relação ao processo em avaliação. ----------

Com esta composição, a avaliação já era positiva antes de ser feita; e será positiva se for repetida... Só não seria se ocorresse uma catástrofe o que, bem se sabe, não é o que está em causa. O que está em causa são opções políticas feitas em função de coisas como: a desresponsabilização por parte do estado central em relação a funções sociais do Estado; expetativas de obras concretas em equipamentos e edifícios e de acesso a fundos comunitários, tidas e tidos como o alfa e o ómega dos mandatos autárquicos, ainda que tal leve a intervenções e a poderes em áreas em que não é, de todo, desejável que as autarquias se (intro)metam; expetativas (infundadas, diga-se) sobre avultados financiamentos; uma certa ilusão de toque de Midas de que alguns eleitos parecem imbuídos, acreditando que tudo o que tocam é transformado em ouro, sem antecipar as consequências graves da municipalização em curso; porventura, também, algum carreirismo que vislumbrou – não sabemos se ainda vislumbra – melhores condições para se reforçar num quadro da proximidade com a autarquia... ----------

A avaliação, portanto, já era positiva antes de o ser... E não se sustenta em processos de discussão e de participação amplos, honestos, verdadeiros. Não há qualquer esforço de auscultação dos envolvidos acerca das vantagens e desvantagens percebidas. O relatório limita-se a constatar coisas que continuaram a funcionar, enfatizando-as como resultado do contrato interadministrativo. ----------

Queixas como as que se referem à gestão do pessoal não docente, a inexistência de maior celeridade na resolução de problemas e avarias, atitudes e intervenções de membros do executivo camarário, perdas de autonomia em algumas decisões, por vezes incompreensíveis, que passam a estar dependentes de pronunciamentos mais ou menos formais da câmara e de vereadores em concreto, ausência de progressos ao nível da participação e envolvimento dos trabalhadores... não encontram qualquer eco no relatório que não foi pensado nem redigido para isso. ----------

Para além do mais, é manifesto o caráter acessório, ritual, deste instrumento e desta avaliação, a partir, por exemplo, do incumprimento revelado no facto de só haver uma "avaliação" datada de outubro de 2016!... ----------

Cumprido este apontamento, fazemos também votos para que a abordagem deste assunto da transferência de competências não continue a ser tratado da forma como tem sido e no isolamento em que tem decorrido. A municipalização da educação é uma má opção e não só por razões de ordem financeira ou orçamental; a pressa em a aprofundar é a pressa de cometer o erro que levará o município e a educação para terrenos que serão muito pantanosos." (inicio: após 2 horas e 33 minutos; fim: após 2 horas e 44 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que foi citado um Relatório mas o único que existia foi referido na sessão da assembleia de 29 de dezembro de 2016 e enviado aos Senhores Deputados Municipais, em 4 de janeiro de 2017, tal como solicitado. Informou ainda que se previa que o próximo fosse elaborado em junho de 2019. (inicio: após 2 horas e 44 minutos; fim: após 2 horas e 45 minutos). ----------

Seguidamente interveio o Senhor Presidente da Câmara, para referir que relativamente à descentralização na área da educação, o assunto voltaria na reunião de Câmara seguinte porque na altura em que esteve agendada a decisão não existia ainda informação necessária que, entretanto, já tinha sido rececionada. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu, relativamente aos regadios, que a Câmara aguarda a planta parcelar, tendo já enviado o cadastro e logo que esteja tudo em condições será lançada a obra. Quanto aos atrasos das obras da Escola Secundária afirmou que a Câmara Municipal também lamenta e que se têm verificado alguns problemas na obra esperando-se que chegue ao fim. Relativamente à referência a obras, afirmou que não basta reivindicar obras é preciso encontrar receitas financeiras e recursos para as fazer. Acrescentou que em relação a algumas que foram referidas, a Câmara Municipal tem a expectativa de as fazer, mas na gestão autárquica não se faz só aquilo que se quer, mas aquilo que se pode e quando a nível central e europeu se apontam linhas de financiamento para determinadas ações, devem os municípios tentar aproveitar essas realidades financeiras. Esclareceu que o Orçamento municipal teria para investimento para todas as áreas, cerca de três milhões de euros, por ano, valor que a Câmara Municipal pensava gastar na componente nacional nos vários empreendimentos que existem. Perguntou quem votaria contra, ou não teria como prioridade, o abastecimento de água à população, estando a Câmara Municipal a fazer uma obra de um milhão e meio de euros de reforço de abastecimento de água porque o furo que havia na Mealhada estava completamente poluído, e para além disso, recebeu uma nota do Ambiente referindo que no caso da obra da ETAR não ser feita seriam aplicadas pesadas multas. Esclareceu que também na parte do património cultural, se diz que haverá dinheiro, e sendo um velho sonho tentar elevar o Bussaco, conseguiu-se que fosse considerado monumento nacional, perguntando quem votaria contra tal oportunidade. Perguntou também quem votaria contra a renovação de toda a rede de abastecimento de Casal Comba. Afirmou que as referidas obras eram prioridades e que esgotaram a capacidade de investimento de alguns anos. Esclareceu ainda que a Câmara tinha outras obras em que iria apostar, como o Challet Suiço, o Cinema do Luso, o parque de

estacionamento na Pampilhosa, e para isso foi obrigada a gastar centenas de milhares de euros em terrenos. Lembrou ainda a construção do Mercado da Mealhada, por dois milhões e trezentos e quarenta mil euros, obra para a qual não houve financiamento, mas foi uma opção que tinha de ser tomada, uma vez que a Misericórdia precisa de aumentar o seu hospital no local onde hoje é feito o mercado da Mealhada. (inicio: após 2 horas e 45 minutos; fim: após 3 horas e 10 minutos). --

3) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que procedeu à leitura da seguinte intervenção: ----------

"O PCP já por várias vezes tem colocado aqui questões relativas à celebração de contratos de prestação de serviços. ----------

Já o dissemos que parece haver uma contradição na autarquia. Por um lado, altera os mapas de pessoal, regularizou uma parte das situações de trabalhadores com vínculos precários que tinha, na sequência do chamado PREVPAP. ----------

Por outro lado, e bem, como verificámos pela ata da reunião de câmara de 4 de março, aprova a abertura de um importante conjunto de procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores em diversas áreas visando, como deve ser no caso de necessidades que se perspetivam como permanentes, relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado. ----------

Mas por outro, ainda, como se verifica na listagem de compromissos plurianuais, mantém um conjunto também significativo de prestações de serviços na modalidade de avença que não temos claro que não se enquadrem na categoria dos falsos recibos verdes... ----------

Ele são médicos veterinários, ele é um desenhador, ele é um professor de natação e de hidroginástica, ele é até um assistente administrativo. ----------

Ora, a pergunta que fazemos, por ora, nem é a de saber se as necessidades assim satisfeitas são permanentes ou temporárias. Presumamos que são temporárias. A pergunta que fazemos é se os contratos em causa estão ou não estão sujeitos a regras que os distinguem da contratação a termo resolutivo, como a inexistência de subordinação jurídica, a não sujeição a horário de trabalho e a inexistência de subordinação hierárquica. ----------

Por exemplo, o desenhador, o professor ou o assistente administrativo que estão por detrás destas prestações de serviços não estão dependentes dessas subordinações? Cumprem o serviço sem esses condicionamentos externos à tarefa que têm de concretizar?! E os médicos veterinários também é assim? ----------

Agradecemos os esclarecimentos. ----------

24.04.2019 ----------

João Louceiro (eleito do PCP na Assembleia Municipal da Mealhada)" (inicio: após 3 horas e 10 minutos; fim: após 3 horas e 13 minutos). ----------

O Senhor Presidente da Câmara referiu que cumprem de facto. Os médicos veterinários, neste momento, estão contratados, mediante uma necessidade que não é permanente no Município e resulta de um acordo com a DGAV, que é um acordo

temporário e que pode vigorar apenas durante este ano, ou seja, qualquer uma das partes pode pôr fim a esse acordo no caso de verificar, por qualquer razão que o acordo não deve manter-se e não são com horário completo. Aprestação de serviços de assistente administrativo é em substituição de 2 funcionários do quadro, que estão de baixa médica, o caso da desenhadora é igual e o do professor de natação é o mesmo caso. Como a Câmara desconhece o tempo que estas situações poderão demorar, recorre a esse tipo de contrato, porque a substituição não é a título permanente. (inicio: após 3 horas e 13 minutos; fim: após 3 horas e 20 minutos). ----

4) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2018 – PARECER DO AUDITOR EXTERNO: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e como não houve inscrições a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas de 2018 e o Parecer do Auditor Externo. ----------

5) PROPOSTA N.º 24/2019 – INVENTÁRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2018: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo intervenções, colocou a Proposta n.º 24/2019 - Inventário e Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2018 à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Rosário Alves, substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça; contra, os Senhores Deputados Municipais: Cristiana Raquel Alves Duarte, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão e Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, e abstiveram-se, os Senhores Deputados Municipais: Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, João Manuel Lima Louceiro. ----------

A PROPOSTA N.º 24/2019 - INVENTÁRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2018 foi aprovada, por maioria, com 17 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

A Senhora Deputada Municipal, Cristiana Duarte, pediu a palavra para fazer a seguinte Declaração de Voto: " *O nosso voto desfavorável ao Relatório e Contas de 2018 tem por base dúvidas e eventuais incorreções verificadas em atos de gestão municipal do Executivo Socialista*". ----------

6) REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 01: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo intervenções, colocou à votação a Revisão Orçamental n.º 1, tendo votado a favor,

os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Cristiana Raquel Alves Duarte, Manuel Amorim da Silva, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Iola Marina Gaspar Batista, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Rosário Alves, substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, e abstiveram-se, os Senhores Deputados Municipais: Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, João Manuel Lima Louceiro. ----------

A REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1 foi aprovada, por maioria, com 24 votos a favor e 2 abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Lopes, pediu a palavra, para perguntar aos Senhores Vereadores dos Juntos Pelo Concelho da Mealhada, se já tinham avançado ou não com a impugnação judicial sobre a Escola Profissional Vasconcellos Lebre. ----------

O Senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra, e no uso da mesma, afirmou que os Senhores Vereadores na Assembleia Municipal só intervêm se o Presidente da Câmara permitir e se o pedirem, o Presidente permitirá, podendo a pergunta ser feita numa reunião pública da Câmara Municipal, ou, por escrito. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 24 horas e 30 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, _____ Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99,de18 de Setembro. ----------

_____